

FRANCESES E HOLANDESES NO RIO GRANDE DO NORTE DURANTE OS SÉCULOS XVI E XVII: uma análise pré-arqueológica¹

Victor Manoel Ribeiro Fonseca Peixoto²

RESUMO

Esta comunicação tem como objetivo analisar a importância da Arqueologia para o desenvolvimento da ciência histórica. Aqui, trata-se o início da história do Rio Grande do Norte, o período colonial, ressaltando o aspecto material da ocupação das sociedades não-ibéricas – francesa e holandesa – que aqui estiveram durante os séculos XVI e XVII, respectivamente. Analisa-se, através da leitura e interpretação historiográfica de fontes escritas (dentre as quais, obras coevas à época, como o Tratado Descritivo do Brasil, de Gabriel Soares de Sousa), onde provavelmente se encontram os vestígios materiais da ocupação dessas sociedades, onde se instalaram, os locais que ocuparam, onde viveram e atuaram, e como atuaram durante sua permanência na então Capitania do Rio Grande, sem deixar, no entanto, de analisar como tais episódios aconteceram, seus antecedentes, e os fatores que os levaram a acontecer. Houve, de fato, larga ocupação e exploração do que hoje é o estado do Rio Grande do Norte, por parte das sociedades européias não-ibéricas aqui enfocadas. Suas excelentes condições geográficas naturais permitiram a exploração e o conhecimento da terra, assim como sua exploração econômica – em dois momentos distintos – que, no contexto estudado (as Grandes Navegações e suas conseqüências na Europa dos séculos XV, XVI e XVII) era de sumo interesse às potências então emergentes na Europa.

Palavras-chave: Arqueologia, História do Rio Grande do Norte, resquícios materiais

¹ Artigo baseado na Monografia de graduação do autor, sob o título RESQUÍCIOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES DE SOCIEDADES NÃO-IBÉRICAS NO RIO GRANDE DO NORTE DURANTE OS SÉCULOS XVI E XVII.

² Bacharel em História pela UFRN, victormrfp@hotmail.com, Rua Sargento Ovídio, 1117 – Ap 1100 - Barro Vermelho, fone: (84) 3201-1513, UFRN.

ABSTRACT

This essay aims to analyse the importance of Archaeology for the development of the historical science. It concerns the early history of the state of Rio Grande do Norte, its colonial period, pointing out the material aspects of the occupation by non-Iberian societies – French and Dutch – who were here during the 16th and 17th centuries, respectively. It is analysed, through the reading and historiographic interpretation of written sources (among which, coeval works to the time, like the *Tratado Descritivo do Brasil*, by Gabriel Soares de Sousa), where material vestiges from the occupation of these societies can probably be found; where they settled, the places what they occupied; where they lived and acted, and how they acted during his permanence in the so called Captaincy of the Rio Grande. This work also analyzed how such episodes happened, their records, and the factors that led them to happen. There was, in fact, a wide occupation and exploration of where today is located the State of the Rio Grande do Norte, by the non-Iberian societies tackled here. It's excellent natural geographic conditions allowed the the recoinaissance and the probing of the land, as well as it's economical exploration – at two distinct moments – which, in the studied context (the Great Navigations and their consequences for the Modern-Ages Europe) was of great interest to the rising powers in Europe.

Key-words: Archaeology, History of Rio Grande do Norte, material vestiges

DESENVOLVIMENTO

Hoje em dia a cidade de Natal e o Estado do Rio Grande do Norte, no Brasil, recebem anualmente cerca de 2 milhões de turistas, entre nativos e estrangeiros. Contudo, este território foi bastante visitado e ocupado muito antes do século XXI, durante a fase colonial de sua história (que na verdade foi o início dessa história). Para além dos portugueses, cuja colonização fora iniciada com Pedro Álvares Cabral e cuja ocupação efetiva se daria quase 1 século depois do descobrimento do Brasil, o Rio Grande do Norte testemunhou a presença de duas sociedades européias não-ibéricas, a se entender, a francesa e holandesa, cronologicamente, cada uma atuando em circunstâncias distintas, em um contexto histórico distinto, com suas particularidades e traços característicos.

Durante o século XV, a Europa vivenciou a transição da Idade Média para a Idade Moderna, período marcado pelas Grandes Navegações. Estas, por sua vez, testemunharam o pioneirismo de Portugal na exploração das vias marítimas, na descoberta de novas rotas comerciais e na posterior anexação de novos territórios, como as ilhas no litoral atlântico da África, e mais tarde, pelas explorações e descobertas da Espanha. O processo expansionista destas duas nações culminou com a assinatura do

Tratado de Tordesilhas, o qual, ratificado pela Igreja Católica, dividiu o mundo entre estas duas potências a partir de um meridiano situado a 370 léguas da ilha de Cabo Verde, cabendo a Portugal as terras já conhecidas e as serem descobertas a leste dessa demarcação; e à Espanha, as terras ao oeste. Em 22 de abril do ano de 1500, a armada de Pedro Álvares Cabral chega ao sul do continente americano, no que seria futuramente o Brasil. Depois da primeira expedição de Cabral, D. Manuel I envia uma segunda expedição a fim de tomar maior conhecimento da terra nova. Desta, participa Américo Vespúcio, e cujo comandante é até hoje motivo de discussões, embora o senso comum entre a maioria dos historiadores aponte para Gaspar de Lemos. A partir de então, a Coroa portuguesa parece ter dado pouca importância à exploração do Brasil, restringindo suas ações apenas à defesa da terra contra invasores, de forma que a ação de aventureiros parece ter sido bem mais efetiva para a exploração e o conhecimento graduais do território do que a própria iniciativa da Coroa. O nítido abandono do Brasil por parte da Coroa portuguesa durante as três primeiras décadas do século XVI é consequência direta de acontecimentos relativos às Grandes Navegações. O fato de Vasco da Gama ter alcançado o porto de Calicute, na Índia, em 17 de abril de 1498, abrindo finalmente a rota marítima para o lucrativo comércio com o Oriente, desviou as atenções de Portugal, apesar de toda a repercussão que o descobrimento do Novo Mundo gerou para a Europa. Isso permitiu a visitação, e mesmo a instalação por parte de navegadores de outras nações, em território brasileiro; sobretudo dos franceses, que se instalaram no Brasil e, mais especificamente, para fins deste trabalho, no Rio Grande do Norte³. A presença dos franceses neste território é sentida desde 1516, segundo Tarcísio Medeiros.

Em janeiro de 1515, assumia o trono francês Francisco de Angoulême – Francisco I –, num reinado que seria marcado por acontecimentos de grandes proporções, em especial de origens religiosa e militar, durante a primeira metade do século XVI. Foi nesse reinado que se intensificaram as incursões ao litoral brasileiro – e norte-rio-grandense, em especial –, causando a deterioração das relações diplomáticas de França e Portugal. Segundo Adriana Lopez, em *Franceses e Tupinambás na Terra do Brasil*, a coroação de Francisco I foi muito bem recebida, pois “renovou o ânimo das comunidades de homens de negócios e dos armadores dos movimentados portos do litoral da França Atlântica” (2001, p. 35). Também de acordo com Lopez, os súditos da

³ Embora em várias partes deste ensaio seja feito um enfoque maior – e talvez exclusivo – ao RN, em face dos objetivos deste trabalho, cabe lembrar que a ação francesa se deu ao longo de quase toda a costa brasileira.

Normandia e Bretanha – territórios que ainda não estavam totalmente incorporados à monarquia francesa –, nutriram esperanças de obter financiamento do novo rei para suas empresas em ultramar, a fim de buscar os lucrativos gêneros encontrados no sul do continente americano. O que talvez fosse característica marcante de Francisco I era sua atitude frente à associação de Portugal e Espanha a Roma. Contestou e condenou veementemente o monopólio sobre o Oceano Atlântico concedido pela Igreja Católica às potências Ibéricas. Consta que Francisco I é o autor da célebre frase na qual contesta ironicamente o tratado de Tordesilhas e a atitude de Roma sobre a partilha do mundo entre portugueses e espanhóis, indagando sobre a suposta cláusula do testamento de Adão que o excluía dessa partilha⁴. Verdadeira ou não, esta anedota histórica se verifica adequada à realidade geopolítica do século XVI. Era uma das justificativas do modo francês de expansão marítima. Um dos fatores que influenciaram no reinado de Francisco I e, de certa forma, em sua atitude expansionista, é de origem religiosa. Em 1516, um ano após a coroação do rei francês, Lutero publicava seus primeiros trabalhos, e em 1517, as suas famosas 95 teses. Dois anos depois, tais trabalhos chegaram à França, espalhando-se rapidamente e adquirindo grande popularidade, a ponto da publicação em francês ter sido proibida. Mas isso não impediu a difusão do protestantismo no país, dividindo-se a França entre as duas fés. Contudo, Francisco não pendeu diretamente por nenhum dos dois lados, buscando em sua política a conciliação entre católicos e protestantes. Se por um lado Francisco I não queria romper com Roma – por esta lhe conceder alguns benefícios, como o poder de nomeação dos membros do clero –, por outro ele também fez concessões aos protestantes (foi bastante tolerante com os mesmos, apesar das pressões da comunidade católica). Os ricos comerciantes do litoral da França Atlântica – Bretanha, Normandia, Dieppe, Honfleur, e outros –, aderiram largamente à fé reformada, além de membros da própria Corte francesa e funcionários de alto escalão do Estado.

Outro fator por trás da expansão francesa durante o século XVI – sobretudo no Novo Mundo – foi o contexto geopolítico na Europa: o Velho Continente passava pela formação de seus Estados Nacionais, com os primeiros impérios coloniais começando a se estabelecer. Em 1519, sobe ao trono do Sacro Império Romano Germânico, Carlos V, de Habsburgo. Dois anos mais tarde, a França e o Sacro Império iniciam uma longa e dispendiosa guerra, que acabou minando as pretensões francesas no Novo Mundo. Dois

⁴ “Le soleil luit pour moi comme pour les autres. Je voudrais bien voir ca clause du testament d’Adam, qui m’exclut du partage du monde”.

anos mais tarde, a França e o Sacro Império iniciam uma longa e dispendiosa guerra, que acabou minando as pretensões francesas no Novo Mundo. Francisco I teve de segurar, em várias frentes, a Carlos V, dono de vasto império espalhado por quatro continentes, “onde o sol nunca se punha”, e de grandes extensões da Europa. Em poucos anos de guerra contra o Sacro Imperador, Francisco I, de França, sofreu várias derrotas, até que, em 1525, foi capturado na batalha de Pavia, o que o forçou a assinar o Tratado de Madri, perdendo sua influência na península itálica. Essa guerra acabou com os recursos da França, e levou Francisco à necessidade de assinar um tratado de não-agressão e neutralidade, com João III, rei de Portugal. Por outro lado, entretanto, Francisco I não poderia abrir mão dos vultosos lucros que obtinha com o comércio marítimo estabelecido em ultramar e dos lucros obtidos também pelos corsários⁵.

Apesar do pioneirismo luso-espanhol na descoberta do Novo Mundo, foram os franceses a primeira civilização europeia que teve contato com os indígenas e quem com eles primeiro estabeleceu aliança. Isso lhes garantiu rápido acesso a vários locais dentro dos territórios ocupados pelos potiguares, por exemplo. A presença francesa no Brasil ao longo da primeira metade do século XVI, segundo Tarcísio Medeiros, foi efetiva o suficiente para que se estabelecesse um núcleo de colonização no sudeste, na atual Baía da Guanabara, posteriormente conhecida como “França Antártica” – que existiu de 1555 a 1567. Relatos dizem de navegadores franceses e suas viagens às terras brasileiras alguns anos depois de Cabral, como a viagem da nau L’Espoir⁶ em 1503, e mesmo antes, como foi o caso da expedição de Jean Cousin, em que este “teria estado no litoral do Atlântico Sul em 1488” (LOPEZ, 2001, p. 30), embora tal expedição nunca tenha sido cientificamente comprovada. No Rio Grande do Norte, vários historiadores dão notícia da presença de franceses de 1516 a 1518; Olavo de Medeiros Filho vai ainda mais longe ao afirmar que o litoral do Rio Grande era testemunha da presença de navegadores franceses já em 1503, o que de certa forma corrobora, ou ao menos reforça, os relatos trazidos por Adriana Lopez, e a teoria de que a costa brasileira (e a norte rio-grandense) teria sido desbravada e visitada muito antes do que se tem correntemente

⁵ Não se deve confundir corsários com piratas. O curso consistia numa tática de guerra, na qual excursões ou investidas de navios armados eram feitas contra navios mercantes, com o propósito de apresar suas cargas, ação esta, que, eventualmente, se fazia igualmente contra portos e povoações litorâneas. Os navios com *carta de corso* tinham autorização de um governo beligerante para atacar os barcos mercantes de bandeira inimiga, tendo direito à participação nos lucros auferidos. Já os piratas eram homens fora-da-lei que agiam por conta própria, pilhando e saqueando embarcações unicamente para proveito próprio. Estes eram criminosos, e não contavam com o apoio de nenhum Estado, sendo oriundos de vários países, e não só da França, Inglaterra ou Holanda.

⁶ O relato desta viagem encontra-se, segundo Adriana Lopez, traduzido por Leyla Perrone-Moisés, *Vinte luas, viagem de Paulmier de Gonneville ao Brasil: 1503-1505* (São Paulo: Companhia das Letras, 1992).

como conhecido. Situada a cerca de 5 graus da chamada “linha Equinocial”, a costa do Rio Grande do Norte, inicialmente conhecida como “rio dos Tapuios”, posteriormente referida como “rio Potengi”, e, com a colonização portuguesa, pelo nome de “Capitania do Rio Grande”, apresentava uma singular característica geográfica – sua localização no globo –, sendo o ponto mais próximo do litoral do continente africano, e local de parada quase obrigatório para qualquer navegador que cruzasse o Atlântico, pois proporcionava lugar para aguadas – o reabastecimento de água potável –, reaprovisionamento de mantimentos, reparos das embarcações ou mesmo abrigo, através do trato amigável com os autóctones. Além disso, a região era rica em pau-brasil, do qual se extraía a tinta vermelha para o tingimento de tecidos, bastante requisitado no continente europeu, o que rendia grandes quantidades de lucro a quem o vendesse, e que era um dos produtos de escambo de parte dos indígenas. Atraídos pela lucratividade que oferecia o pau-brasil, e burlando a soberania lusitana estabelecida pelo tratado de Tordesilhas, os ricos comerciantes dos portos franceses da Normandia e da Bretanha viajavam para essa costa com regularidade.

Aproximadamente na metade da década de 1530 ficou claro para a Coroa portuguesa que manter o comércio pelas rotas marítimas do Índico seria dispendioso e inviável no longo prazo. Decidiu então voltar as atenções ao comércio marítimo pelas rotas do Atlântico. Ao tomar conhecimento dos riscos que corria sua soberania no Brasil a Coroa reage, promovendo assim políticas de colonização, além de aumentar as pressões diplomáticas sobre os franceses - a maior pressão era para que fossem anuladas as cartas de corso, visando acabar com essa prática e fazer respeitado o Tratado de Tordesilhas. Primeiramente, D. João III estabeleceu o sistema de capitanias hereditárias. Com um litoral de cerca de 100 léguas – distribuídas igualmente entre Aires da Cunha e João de Barros, ambos homens de confiança do rei de Portugal – a Capitania do Rio Grande se estendia da Baía da Traição, ao sul, à Angra dos Negros, ao norte⁷. Até a sua expulsão definitiva da Capitania do Rio Grande em 1598, os franceses exploraram largamente o território. Seus domínios, segundo Tarcísio Medeiros compreendiam

[...] desde o cabo de São Roque até a fronteira, então fixada na Baía da Traição, passando por Acejutibiró, Goaripari, Itapitanga, Ceará - Mirim, especialmente as regiões de Gaujiru e Extremoz, Potengi (Aldeia Velha de

⁷ Sabe-se que a então Capitania do Rio Grande englobava uma porção de terra que hoje pertence ao Estado do Ceará.

Igapó), Búzios, Pipa, Tabatinga, Curimataú e Aratipicaba⁸, a Baía Formosa [...] (MEDEIROS, 1985, p.190-191).

Gabriel Soares de Souza, cronista e senhor de engenho português que viveu durante o século XVI, traz em sua obra o *Tratado Descritivo do Brasil em 1587* diversas passagens nas quais menciona a presença de marinheiros franceses no litoral da então capitania do Rio Grande, além de descrições detalhadas a respeito da mesma, nos respectivos capítulos⁹, a se ver:

Do cabo de São Roque até a ponta de Goaripari são seis léguas, ao qual está em quatro graus e $\frac{1}{4}$, onde a costa é limpa e a terra escalvada, de pouco arvoredo e sem gentio. De Goaripari à enseada da Itapitanga¹⁰ são sete léguas, a qual está a quatro graus e $\frac{1}{4}$ / da ponta desta enseada à ponta de Goaripari são tudo arrecifes, e entre eles e a terra entram duas naus francesas que surgem nesta enseada à vontade, sobre o qual está um grande médão de areia [...] Da Itapitanga ao rio Pequeno, a que os índios chamam Baquipe, são oito léguas, a qual está a cinco graus e um seismo. Neste rio entram chalupas francesas a resgatar com gentio e carregar do pau de tinta, as quais são das naus que recolhem na enseada de Itapitanga. (SOUZA, 2001, p. 39-40)

Em descrição que faz referência ao atual rio Potengi, tem-se: “Esta terra do Rio Grande é muito sofrível para esse rio haver de se povoar, em o qual se meter muitas ribeiras em que se podem fazer engenhos de açúcar pelo sertão. Neste rio há muito pau de tinta, onde os franceses o vão carregar muitas vezes.” (2001, p.40);

Gabriel Soares de Souza também descreve a presença de embarcações no porto de Búzios¹¹ e na baía da Traição:

Entre esta ponta [da pipa] e o porto dos Búzios está a enseada de Tabatinga, onde também há surgidouro e abrigada para navios em que detrás da ponta costumavam ancorar naus francesas e fazer sua carga de pau de tinta. [...] de

⁸ Nome dado pelos índios ao que hoje é o município de *Baía Formosa*, segundo Câmara Cascudo. Para maiores informações vide Luiz da Câmara Cascudo, *Nomes da Terra*, p. 63.

⁹ As seguintes passagens são encontradas nos capítulos IX, X e XI, em que o autor descreve a costa da capitania do cabo de São Roque à baía da Traição, cujo nome atualmente designa um município no estado da Paraíba.

¹⁰ Esta enseada estaria próxima à povoação de Macaíba, segundo se pode deduzir de Câmara Cascudo. O mesmo se refere ao termo “Tapitanga”, que afirma ser “Povoação em Macaíba”, como derivante de “Itapitanga”.

¹¹ A localidade do porto de Búzios, que hoje faz parte de uma praia homônima, era importante, devido não somente à abundância do pau-brasil, mas também pela presença de um búzio, utilizado como moeda entre os nativos e mesmo em transações comerciais em outras partes do mundo.

Goaramataí ao rio de Camarative são duas léguas, o qual está em seis graus e $\frac{1}{4}$, e entre um e outro rio está a enseada de Aratipicaba¹² onde dos arrecifes a dentro entram naus francesas e fazem sua carga [...] Chama-se esta baía pelo gentio potiguar Acajutibiró, e os portugueses, da Traição, por com ela matarem uns poucos de castelhanos e portugueses que nesta costa se perderam. Nesta baía fazem cada ano os franceses muito pau de tinta e carregam dele muitas naus. (SOUZA, 2001, p. 40-41)

Os franceses foram também os primeiros a desbravar o rio Potengi e suas proximidades, alcançando a principal taba dos potiguares, Igapó ou Aldeia Velha; lá, nas praias da margem esquerda do Rio Grande, fizeram amizade ainda com alguns *tuxauas*, como Poti, Jacaúna, Surupiba, Jaguarari e Ibiratinim; pela margem direita, no local onde mais tarde Natal seria fundada pelos portugueses, fizeram amizade com Pau Seco, Sorobobé e Ilha Grande. Fizeram também uma primeira incursão pelo rio Guamoré; construíram feitorias na ilha da Redinha – em Guajiru, onde se encontra a atual lagoa de Extremoz e o município homônimo¹³; em Muriú, aportaram para reabastecimento de provisões. A localidade de Búzios também foi bastante visitada, principalmente pela abundância do pau-brasil. Embora não se tenha um total conhecimento da história da Capitania do Rio Grande durante a presença francesa, sabe-se que sua ocupação em território norte rio-grandense não foi algo intermitente. Existem menções às atividades de comércio com os índios em todo o decorrer do século XVI. Nos Anais da Biblioteca Nacional, volume XIII, fascículo 1^o¹⁴, encontra-se três menções em diferentes épocas: duas à Baía da Traição, em 1574 e 1584, e outra ao porto de Búzios, já no final de sua ocupação.

Cabe ainda destacar aqui uma evidência física dos tempos coloniais da então Capitania do Rio Grande: as ruínas de uma grande construção de pedra, presente à margem direita do rio Pirangi, no limite da praia de Cotovelo, próximo a Pirangi do Norte. O terreno dessa construção estaria localizado dentro do sítio Coqueiros, que pertenceu ao Dr. Silvino Lamartine de Faria. Tais ruínas seriam, segundo Olavo de Medeiros Filho, os restos de uma antiga casa-forte francesa. Na opinião do autor, esta construção seria uma espécie de armazém ou feitoria, empregada durante a permanência

¹² A enseada de Aratipicaba situa-se entre os rios denominados Goaramataí e Camarative. Para situar essas localidades o autor usa como referência a distancia do primeiro rio a outro rio, denominado Itacoatigara. Este por sua vez distava 9 léguas do porto de Búzios.

¹³ “‘São Miguel do Guajiru’, aldeia dos jesuítas, de fins do séc. XVII a 1760 quando se tornou a VILA DE ESTREMOZ.” (CASCUDO, 1965, p. 89); atualmente o município é denominado Extremoz;

¹⁴ Esses anais foram compilados em formato eletrônico (arquivos PDF) e disponibilizados na página da Biblioteca Nacional.

francesa em terras norte rio-grandenses, na segunda metade do século XVI, na carreira econômica do pau-brasil. Suas dimensões (23m comprimento por 14,69m de largura, numa área de 338m²), assim como a disposição de seus cômodos, parecem denotar algo mais do que uma simples moradia¹⁵. Medeiros Filho menciona o documento de uma sesmaria doada a João Seremenho na região do rio Pirangi em 1603, descrita em 1614. Neste documento estaria mencionada a existência de uma casa ao local na área da doação. Apesar de toda a especulação e opinião de Olavo de Medeiros, não se pode afirmar definitivamente se esta construção pertenceu mesmo aos franceses. Faz-se necessária uma prospecção arqueológica para revelar definitivamente sua origem. Fica patente, para fins dos objetivos principais deste trabalho, avaliar, ainda que primariamente, que o Rio Grande do Norte possui um potencial arqueológico a ser explorado, relativo à história francesa em seu território durante o primeiro século de sua existência, no período colonial.

Conforme nos contou a História e seus agentes, desde os cronistas quinhentistas até historiadores contemporâneos ao século XXI, o século XVI foi marcado por fatos singulares e assistiu a dominação e pioneirismo ibérico sobre os mares; os eventos desenvolvidos a partir daí moldariam a história do continente americano (sobretudo do Brasil e, mais especificamente, do Rio Grande do Norte). Durante este século, Portugal toma posse das terras descobertas a Oeste do Velho Mundo, no “Mar-Oceano”, além de estabelecer rotas marítimas às Índias, prática essa que lhe garantiu vultosos lucros, em decorrência de seu monopólio; paralelamente, durante considerável período de tempo, dispensou pouca importância ao Brasil. Mas com o avançar do século, a Coroa portuguesa viu a necessidade de povoar sua maior colônia – infestada pelos franceses – já que o comércio com o Oriente se verificava dispendioso e bastante arriscado. Ademais, o Brasil era rico em pau-brasil, cujo comércio somava grandes lucros. Com isso, foram implantadas políticas de colonização e povoamento, além do combate ostensivo à ação francesa.

Contudo, a Espanha viria a seguir o desenvolvimento de Portugal, e isto, somado a alguns outros fatores, traria consequências que desfechariam no ataque holandês à “Terra Brasilis”. Sabe-se que portugueses e holandeses eram bastante próximos. Conforme a historiadora Denise Mattos Monteiro, estes últimos tinham uma participação direta no comércio marítimo exercido por Portugal.

¹⁵ A descrição completa da construção encontra-se às páginas 29 a 31 da obra *Notas para a história do Rio Grande do Norte*, de Olavo de Medeiros Filho.

Com uma rica burguesia de mercadores e usurários e cidades importantes nas rotas mercantis daquele continente, a Holanda constituía, no começo do século XVI, quando os europeus chegaram à América, a maior potência comercial do mundo, mas era, politicamente, uma possessão espanhola, chamada então de ‘Províncias Setentrionais’. Sua burguesia, se não havia participado do movimento inicial das grandes navegações, que implicariam na ‘descoberta’ de novos territórios por Portugal e Espanha, far-se-ia presente no processo de incorporação da América ao capitalismo mercantil europeu através de sua frota mercante – a maior então existente na Europa – e do controle da distribuição dos produtos coloniais naquele continente. Era principalmente em seus navios que se transportavam as mercadorias que cruzavam o Atlântico e eram comerciantes holandeses que dominavam sua distribuição por cidades européias. (MONTEIRO, 2007, p. 14)

A partir de 1519 a Espanha começa a se configurar como potência, à altura de Portugal. Neste ano Carlos de Habsburgo¹⁶ herda o trono de seu avô paterno, Maximiliano I de Habsburgo, imperador da Alemanha, e passa a constituir um dos maiores impérios já vistos sobre o planeta, abarcando possessões em toda a Europa, na Ásia e também nas Américas. Carlos V passaria então o trono da Espanha¹⁷ a Filipe II em 1556. Este, cerca de 24 anos após o início de seu reinado, assumiria o trono português, no episódio conhecido como a “União Ibérica¹⁸”. Até que se livrasse do domínio espanhol e retomasse a sua independência política em 1640, Portugal teve que encarar as conseqüências inerentes à sua união com a Espanha. Em 1580, dissidências e rivalidades religiosas¹⁹ levam a Holanda²⁰, que adotara a chamada “fé reformada”, a decretar sua independência da Espanha, mas ainda lutaria por cerca de 80 anos até completar o processo de separação e ter sua independência reconhecida. Durante as

¹⁶ Seu título varia de acordo com a região, de Carlos V da Alemanha (em termos gerais) a Carlos I (na Espanha).

¹⁷ Durante o seu reinado, Carlos de Habsburgo doa suas possessões austríacas a seu irmão Fernando, permanecendo ele, Carlos, apenas com a Espanha.

¹⁸ Em 1578 D. Sebastião, então rei de Portugal, morre na batalha de Alcácer-Quibir, na África, sem deixar herdeiros e gerando assim uma crise sucessória. O trono lusitano passa então a seu tio, D. Henrique, que morre dois anos depois, prolongando a crise sucessória. Assim, Filipe II é reconhecido, dentre outros possíveis candidatos, como rei, pelas instituições mais altas do poder luso;

¹⁹ Como se sabe, a esfera religiosa exerceu grande influência em processos históricos durante a história da humanidade, ao que o século XVI assistiu também a divisão da cristandade entre o catolicismo e o protestantismo, fundado por Martin Lutero.

²⁰ Embora este termo seja de certa forma generalizante, está sendo aqui usado apenas para situar o leitor de forma mais simplificada; o território que hoje é denominado “Holanda” fazia parte de uma possessão espanhola chamada “Províncias Setentrionais”, segundo a historiadora Denise Monteiro. Com a proclamação da independência, a Holanda passaria então a fazer parte da “República das Sete Províncias Unidas”.

hostilidades com Filipe II e seus sucessores, a Holanda, em virtude da proibição do comércio com as colônias portuguesas – que, conforme já citado, Portugal, e conseqüentemente suas colônias, estavam subordinados à soberania espanhola à época –, da rivalidade religiosa e do lucrativo comércio de especiarias, passaria a hostilizar e atacar as possessões luso-espanholas no Atlântico, a fim de não só obter os lucros do comércio marítimo, como também comprometer gradualmente a capacidade de guerrear espanhola, que dependia fundamentalmente da exploração de suas colônias ultramarinas.

Para o esforço de guerra contra a Espanha e também assegurar posições no Oriente, as Províncias Unidas se utilizaram da fundação de uma companhia, em 1602, a Companhia das Índias Orientais, dando-lhe autonomia política e autorização a comercializar e estabelecer tratados e pactos no Oriente, assim como também declarar guerra em nome dos Estados Gerais, como relata Tavares de Lyra (1998, p. 70). Vendo os grandes lucros arrebanhados por essa Companhia e acreditando que a mesma tática poderia dar certo também no Ocidente, o comerciante e diplomata Guilherme Usselinex propõe a fundação de uma nova companhia, a Companhia das Índias Ocidentais, cujo objetivo principal seria atacar e dominar o Brasil²¹. Assim, a 3 de junho de 1621 estava fundada a Companhia das Índias Ocidentais, à qual foram concedidos os privilégios de autonomia e o monopólio sobre comércio do oceano Atlântico por 24 anos, dentre outras concessões, direitos e obrigações regulamentados por quarenta e cinco cláusulas; concomitantemente ao fim de uma trégua de doze anos²² estabelecida entre a Espanha e as Províncias Unidas. Começaria então a invasão ao Brasil.

A primeira invasão aconteceria na Bahia, então capital da colônia, em 1624. Apesar da fraca resistência e da vitória fácil, os holandeses não durariam muito tempo nesta paragem, sendo expulsos pouco mais de um ano depois, em maio de 1625. Tal derrota significou duro golpe nos recursos da Companhia das Índias Ocidentais. Por outro lado, segundo Sérgio Luiz Bezerra Trindade, em *Introdução à História do Rio Grande do Norte*, utilizando uma descrição de Arno Wehling, o apresamento de vários navios espanhóis que carregavam prata permitiu a formação de nova força invasora (TRINDADE, 2007, p.48). Desistindo da Bahia, os holandeses resolvem atacar Pernambuco, o maior centro produtor de açúcar, não só da colônia como também do

²¹ Apesar de enfrentar oposição, Guilherme Usselinex consegue levar a cabo a fundação da Companhia.

²² Tavares de Lyra fala, com aparente indignação, que apesar da trégua de doze anos, os holandeses não pararam de atacar e aprisionar navios portugueses e espanhóis, e que durante esse período as investidas contra o Atlântico acabaram por aumentar.

mundo, e a partir daí também as capitânicas ao norte, dentre elas o Rio Grande. Depois de falhar a tentativa de invasão à capitania da Paraíba, em novembro de 1631 com sérias perdas, é enviada uma expedição ao Rio Grande, a 21 de dezembro do mesmo ano, mas esta recua ao se deparar com a força de Matias de Albuquerque, que estava na Paraíba, e sabendo da invasão, foi ao socorro da capitania. Até a conquista definitiva do Rio Grande, em 1633, foram tentados dois ataques. O termo “ataque” verifica-se aqui assaz vago; Sérgio Luiz Bezerra de Trindade menciona, em *Introdução à História do Rio Grande do Norte*, quatro tentativas. Entretanto, ele não define o que seria “ataque”. Como se sabe, foram várias as incursões, mas quais delas se pode considerar um ataque propriamente dito? Para fins de lógica, utiliza-se neste trabalho a concepção de “ataque” como uma manobra militar na qual se utiliza equipamentos bélicos e tropas em larga escala, tais como esquadras, exércitos e artilharia, cujo fim é a conquista concreta e efetiva de um território. Entretanto, antes de planejarem seus ataques à capitania do Rio Grande, os holandeses fizeram largo uso de expedições de conhecimento.

A primeira delas, mencionada pela grande maioria (senão a totalidade) dos historiadores é a de 1625. Depois de tentar explorar algumas vezes sem sucesso a costa nas proximidades do rio Paraíba, assim como o rio per si, o almirante Veron²³ decide rumar para a Baía da Traição, a cerca de 20 de junho, de onde promoveram várias entradas ao território potiguar²⁴. Na primeira entrada em que os holandeses fizeram, o capitão Stapels seguiu para este povoado com uma pequena tropa de escolta, mas os portugueses que a habitavam haviam fugido. Lá, durante cerca de 2 ou 3 dias, ergueram uma trincheira e barracas para soldados doentes de escorbuto, e foram bem recebidos pelos índios, que os trataram pacificamente e ofereceram seu auxílio contra os portugueses, “cujo jugo suportava mal sofridos” (LAET, 1912, p. 96), além de encontrarem uma casa com trinta caixas de açúcar. Ao dia 25 de junho deu-se a segunda entrada. O capitão Boshuysen marcha para o sertão em busca de mantimentos para os doentes, retornando no dia 19 de julho apenas com quatro cavalos. No começo de julho é mandada nova entrada, da qual participaram o capitão Swart e o vice-almirante Jan Van Dijke. Acompanharam-nos soldados, marinheiros e índios. Durante esta entrada

²³ A armada era comandada pelo general Boudewijn Hendricksz; o almirante Andries Veron teria a esta tropa se juntado posteriormente, com um navio e um iate. Estranhamente, no documento oficial da Companhia das Índias Ocidentais, na descrição desta expedição, o nome de Hendricksz quase não é citado, apesar de ter sido o chefe da tropa.

²⁴ A descrição da Baía da Traição na letra dos holandeses encontra-se nos Anais da Biblioteca Nacional (disponíveis na Internet através do site da Biblioteca Nacional, em formato PDF), volume XXX, que traz a *História ou Annaes dos Feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais* por Joannes de Laet, diretor da Companhia, e traduzido pelos Doutores José Hygino Duarte Pereira e Pedro Souto Maior.

encontraram resistência portuguesa, matando dez holandeses. Retornam a cerca de 4 do mesmo mês, também com poucos mantimentos. No dia 5 de julho o capitão Boshuysen é novamente mandado. Teria subido o rio Mamanguape, segundo seus cálculos, aproximadamente 8 léguas, avistando algumas casas de portugueses, e trazendo algumas peças de rês. Voltou 3 dias depois. No dia 9 parte nova entrada – a quinta desde que os batavos haviam desembarcado na Baía da Traição – a subir o rio Mamanguape, chefiada pelo capitão Stapels. Enquanto sua tropa retornou três dias depois trazendo mais gado, este chegaria ao quartel apenas no dia 13, sem ter encontrado resistência. A sexta e última entrada, citada pela maioria dos historiadores, foi a do capitão Uzeel Johannes de Laet, iniciada no dia 19 de julho. O local exato de onde esta entrada ocorreu é incógnito, não sendo mencionado nem mesmo no próprio documento da WIC. Dela apenas se sabe que se deu em “caminho do Rio Grande”, e durante ela foi encontrado um engenho com trezentas caixas de açúcar e muito gado, mas que nada disso foi aproveitado. O capitão Uzeel chegou no dia 23 ao quartel, sem trazer outra coisa que não limões para os enfermos. Denise Mattos Monteiro traz algumas informações complementares a respeito desta incursão, afirmando que a esquadra de Boudewinij teria aportado na “Baía da Traição, para abastecer-se de água e alimentos, de onde saiu uma patrulha terrestre de observação” (MONTEIRO, 2007, p. 34).

Neste mesmo parágrafo, a autora frisa o contato estabelecido com os índios Tupi-Potiguara por parte dos holandeses, do qual alguns índios acabariam partindo para a Europa, onde aprenderiam a ler e escrever, e seriam catequizados, passando conhecimentos sobre sua terra, e voltando mais tarde para servirem de intérpretes²⁵. Já em maio de 1630 um pequeno grupo liderado por Adriano Verdonck teria entrado em Cunhaú, passado pela aldeia de Mipibu e finalmente chegado a Natal, onde até mesmo o Forte dos Reis Magos teria sido examinado, ainda que discreta e cautelosamente; em 1631 haver-se-ia ocorrer mais duas expedições. Na primeira delas embarcaram Marcial, – índio que fugira dos acampamentos portugueses e fora ao Recife, em nome dos chefes cariris Janduí e Oquenuçu, solicitar a ajuda dos holandeses e a ocupação da capitania do Rio Grande – juntamente com André Tacou, Araroba e Francisco Matawe, índios que serviriam de intérpretes e mediadores, a fim de estabelecer alianças para os holandeses

²⁵ Vê-se novamente a utilização de intérpretes, como fizeram os franceses, com a diferença que os holandeses levaram índios para a Europa ao invés de deixarem dos seus ao convívio com o gentio; além dos intérpretes, os holandeses se aprofundaram no relacionamento com os índios, procurando sempre estabelecer alianças com as tribos, obviamente com as nações inimigas das tribos que eram aliadas aos portugueses. Essa tática verificar-se-ia bastante eficaz com o passar do tempo.

com outras tribos e colher dados sobre o litoral que fosse costeado²⁶. Desceram a 15 de outubro, dois dias após a partida, num local chamado Ubranduba²⁷, ao norte do rio Potengi. Cerca de 25 dias depois, uma tropa que ia por terra, liderada pelo capitão Albert Smient, encontra, guiada pelo clarão de uma fogueira à noite, um português, João Pereira, que transportava ninguém menos que André Tacou, juntamente com outros seus e mais 17 mulheres e crianças. O português acabaria sendo morto e André Tacou libertado, além dos outros índios. Como se sabe, o português trazia consigo documentos importantes sobre a capitania do Ceará, que teriam sido muito úteis na conquista desta. Smient então volta ao Recife, seguindo Joost Closter sua jornada pelo litoral, até chegar ao Ceará. No Livro Oitavo da História ou Anais dos Feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais, referente ao ano de 1631, compilado no volume XXXVIII dos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, encontram-se as descrições de todo o litoral costeado durante esta expedição. A segunda expedição de 1631 foi a tentativa de assalto à capitania, que conforme mencionada acima, não obteve sucesso. Câmara Cascudo traz uma descrição diferente desta expedição, que foi utilizada por Sérgio Luiz Bezerra Trindade. Segundo tal descrição, os holandeses, ao passarem muito próximo ao Forte, teriam enfrentado fogo deste, e retrocedido para a praia de Ponta Negra. Após a marcha da praia até a cidade, a qual teria exaurido a forças das tropas, estas teriam desistido do ataque. Cascudo parece não dar muito crédito a esta teoria, ao que uma marcha de dezoito quilômetros não poderia deter tropas experientes. Supõe então que os holandeses teriam preferido permanecer algum tempo em Genipabu, abastecendo-se de gado e saqueando algumas casas.

Dois anos se passariam até que se fizesse o segundo e derradeiro ataque²⁸ à capitania, composto de 808 homens e onze embarcações, combinando ações terrestres com apoio naval. Partindo de Recife a 5 de dezembro de 1633, a tropa em terra teria desembarcado na praia de Ponta Negra a 8 de dezembro do mesmo ano, e marchado até Natal, encontrando insignificante resistência no caminho (apenas uma casa, que, segundo consta no diário da expedição, trazido à tona Tavares de Lyra, fez desnecessária resistência, ao que aos invasores teria passado despercebida, não tivesse disparado contra a tropa). No dia 10 as tropas em terra se estabelecem numa duna adjacente ao Forte, posicionando ali artilharia. Teriam também conseguido informações

²⁶ O destino prioritário desta expedição era o Ceará.

²⁷ Para uma descrição na íntegra desta expedição vide Sérgio Luiz Bezerra Trindade (2007, p. 49); Tavares de Lyra (1998, p. 75-76) também deve ser consultado, a fim de se cruzar informações trazidas por ambos.

²⁸ Conforme a lógica adotada neste trabalho, citada mais acima.

sobre o Forte depois da captura de um sargento-mor numa pequena escaramuça na “Ponta do Morcego”. Finalmente, no dia 11 a batalha inevitável começaria, desfechando com a rendição do Forte no dia 12 – os invasores ainda tentaram negociar uma capitulação pacífica para os portugueses, mas diante da determinação do capitão-mor Pero Mendes de Gouveia foi vã a tentativa²⁹. Estava conquistada, assim, a Capitania do Rio Grande, que só se libertaria do domínio holandês 21 anos depois.

Ainda dentro do objetivo principal deste trabalho, em um segundo momento, constatou-se que em termos de ocupação e povoamento, os holandeses não adentraram muito o Rio Grande³⁰, apesar das expedições ao interior da capitania, instalando-se às proximidades do litoral; não teriam se expandido para o sertão, restringindo-se à região agreste, apesar da aliança com os janduís, que habitavam as áreas mais centrais da capitania, conforme afirma Sérgio Luiz Bezerra Trindade:

[...] os holandeses não incursionaram muito pelo interior, limitando-se mais às áreas litorâneas e agreste, nos atuais Municípios de Natal, São Gonçalo do Amarante, Macaíba, Extremoz, São José de Mipibu, Nísia Floresta, Ares, Goianinha, Canguaretama, todo o vale do Rio Ceará-Mirim e toda a área salineira. (TRINDADE, 2007, p. 53)

Denise Monteiro também delimita eficazmente o espaço ocupado pelos batavos: “Como a presença holandesa na capitania se restringiu a uma estreita faixa litorânea – que ao norte chegava até o vale do rio Maxaranguape e a oeste até o atual município de Macaíba – o sertão continuou desconhecido pelo homem branco...” (MONTEIRO, 2007, p. 41). Esta idéia parece já não ser mais válida, dada a grande variedade de mapas existentes, muitos dos quais delimitando também as aldeias indígenas. Também existem fontes primárias e obras retratando as tribos íncolas. Câmara Cascudo também dá uma delimitação do raio de ocupação batava: “O holandês conheceu o litoral e a região agreste norte-rio-grandense. Os municípios do seu domínio compreendiam parte essencial de Canguaretama, Goianinha, Arês, São José de Mipibu, Natal, Macaíba, o antigo São Gonçalo e o vale do baixo Ceará-Mirim [...] Conheceu e utilizou as salinas de Areia Branca” (CASCUDO, 1955, p.88). Quanto à região das salinas, o autor chega a afirmar que houve produção industrial de sal, embora que breve, uma vez que os índios,

²⁹ O conteúdo da resposta de Pero Mendes pode ser encontrada em LYRA, 1998, p. 82.

³⁰ Contudo, sua ocupação ainda foi mais aprofundada que a ocupação francesa, também estudada neste trabalho.

que ajudavam na mão-de-obra, teriam se revoltado e matado a todos os brancos. Olavo de Medeiros Filho também faz menção a atividade salineira praticada pelos batavos. Determina que era extraído sal marinho “formado nas salinas naturais existentes a partir do rio Guamaré e que também atingiam as barras dos rios Açu e Upanema (hoje Mossoró)” (MEDEIROS FILHO, 2001, p.11). Continuando-se sobre a descrição de Câmara Cascudo tem-se que dentro dos domínios batavos

[...] ia-se até Piquiri, Pedro Velho, tôda a redondeza das lagoas de Guarairas, Papeba e Paraguaçu (Papari) e São José, várzeas do Jacu, Baldum, Sapé, Capió, taboleiros para Cajupiranga, Pitimbu e Natal, incluindo os vales úmidos do Maxaranguape. [...] Os vales de São Gonçalo assim como Macaíba foram aproveitados mas apenas em roçarias e criação de gado. O único engenho, corrente e historicamente moente, era o de Cunhaú. (CASCUDO, 1955, p. 88).

Finalizando sua descrição, o historiador e folclorista afirma que a ocupação batava se deu em um raio de 30 a 50 quilômetros do litoral, durante a qual a região agreste foi a mais povoada. Tal informação sobre o engenho de Cunhaú não deve ser tomada por conclusiva e incontestável. Sabe-se que o Rio Grande do Norte possui terras propícias à plantação de cana-de-açúcar, abrigando potenciais possibilidades de ter possuído mais engenhos do que se tem correntemente documentado. Dos pontos ocupados pelas tropas holandesas de 1633 a 1654, na ótica deste trabalho, alguns merecem um destaque especial. São pontos em que percebe-se que a ocupação se deu de forma mais intensa, ou que parecem ter tido maior importância para o ocupante batavo. O território do atual município de Extremoz é um desses locais. A região aparece mencionada em mapas holandeses, como Marcgrave e Vingboons, e possuiu vários nomes até se chegar ao atual. Sabe-se que o local era utilizado para a produção de mandioca e de farinha em larga escala. A lagoa, hoje conhecida como lagoa de Extremoz, apresenta o que parece ser uma “língua”, ou divisória, separando a mesma ao meio. Câmara Cascudo afirma que tradicionalmente se associa esta suposta obra de engenharia ao ocupante batavo. O autor supõe que este trabalho se deu na finalidade de “dividir a lagoa para que a parte superior, com as águas do rio Caratan, ficasse permanentemente doce e a parte inferior, salgada” (CASCUDO, 1955, p. 77). O autor ressalta que, embora não exista ou não se conheça documento batavo da época sobre este local, existem documentos posteriores que mencionam esta espécie de península,

atribuindo-a ao trabalho dos holandeses. Outro ponto também mencionado por Cascudo é a região do Cunhaú. Nesta região, tem-se a lagoa de Guaraíras, na qual existe a chamada Ilha do Flamengo, que Cascudo afirma ter se tornado ilha propriamente dita depois de uma enchente em 1924. O mesmo especula ter sido esta ilha um aterro, uma obra de engenharia como aquela executada na lagoa de Extremoz. Lá os holandeses ergueram uma fortificação para vigiar, proteger a área e garantir o abastecimento de provisões como carne, peixe e mandioca para as outras capitanias em sua posse. Aliás, este papel de centro de abastecimento de víveres para as outras capitanias sob posse holandesa desempenhado pelo Rio Grande é uma característica frisada por vários historiadores.

Recentemente o arqueólogo e historiador Walner Spencer destacou este traço no trabalho já citado aqui. Nesse caso, o mesmo destaca que, pela sua posição geográfica, e apesar de ser uma das capitanias em que o homem holandês mais tempo ocupou, o Rio Grande foi uma das que menos destruição física sofreu, a despeito das batalhas que nela foram travadas. Isso permitiu ao Rio Grande manter essa situação e posição de centro abastecedor. A Ilha do Flamengo é famosa pelas batalhas em que enfrentou, em especial por uma: em janeiro de 1648 o fortim foi atacado pelo mestre de campo Henrique Dias, que partira para Cunhaú na manhã seguinte à luta. Esta batalha foi marcada por grande violência, talvez ao ponto de ser considerada como massacre. Diz-se que ninguém foi poupado, nem brancos, nem negros escravos, de qualquer sexo ou idade; 3 anos depois o local seria novamente atacado, desta vez pelo capitão João Barbosa Pinto. Sabe-se que no intervalo da primeira para a segunda batalha houve a reconstrução do forte. Um ponto que Cascudo afirma ser comum tanto na história portuguesa quanto na holandesa é o emprego de artilharia na fortificação da ilha da lagoa de Guaraíras. O autor também fala de um canhão que permaneceria atualmente em um sítio em Patané, enquanto outro estaria numa esquina da atual cidade de Arês³¹. Por fim, Câmara Cascudo alerta: além da vegetação ter coberto o local onde o fortim existiu, residentes das redondezas têm utilizado pedras do local em construções, que deixa claro a agressão a um potencial sítio arqueológico³². A região de Cunhaú também abrigou o engenho de mesmo nome e um fortim, que fora atacado e destruído em 1634. Até a expulsão dos holandeses da Capitania do Rio Grande Cunhaú foi palco de diversos episódios, como a marcha do

³¹ O autor afirma ter visto as duas peças em 1932.

³² O alerta, aqui, trata-se não só de trabalhar a arqueologia no local, a fim de se encontrar vestígios e se resgatar parte da história da região, mas também no sentido de educar a população local a preservar o patrimônio.

mestre de Campo Luís Barbalho Bezerra em 1640, uma violenta batalha, em 1645, em que o capitão João Barbosa aparece em outubro do mesmo 1645, queimando tudo, matando holandês como quem mata formigas, segundo descrição de Câmara Cascudo, à página 82 de História do Rio Grande do Norte. Há que se retornar aqui à crítica feita anteriormente neste trabalho, sobre a parcialidade dos historiadores para com o elemento português. Parece que, ao se falar das atrocidades cometidas pelos portugueses, fala-se com brio, com ânimo, como se fossem atos de bravura, louváveis, dignos de apreciação, enquanto as cometidas pelos holandeses são vistas como exemplos da mais pura e bárbara crueldade cometida por seres humanos. Novamente, não se trata de defender ninguém, mas de se encarar a história como uma ciência, e não como uma novela ou filme com protagonistas e antagonistas, heróis e vilões.

Olavo de Medeiros Filho, em *No Rastro dos Flamengos*, traz uma série de documentos³³ e afirma, baseado nesses estudos, terem os holandeses, durante sua permanência na Capitania do Rio Grande, promovido pesquisas e viagens de cunho mineralógico ao interior da capitania, voltadas à procura de jazidas e prospecção de metais preciosos. O ano dessa pesquisa teria sido 1637. Em um relatório destinado à Assembléia dos XIX³⁴, o Conde Maurício de Nassau afirma, aparentemente animado, se ter certeza da existência da existência de uma mina “na Capitania do Rio Grande, acima do rio Cunhaú” (MEDEIROS FILHO, 1989, p. 33). Na mesma obra, Olavo de Medeiros aponta outros estudos que fazem menção a duas minas situadas também nas proximidades de Cunhaú, chamadas minas de “Camarajibe” e “Iporé”³⁵. Com relação à “mina do Cunhaú”, apesar de todo o entusiasmo de Maurício de Nassau, alguns anos parecem ter se passado sem ter notícia desta mina, até que em 18 de fevereiro de 1645 é anunciada a retomada das pesquisas mineralógicas, Organiza-se então uma expedição à região do Cunhaú, cerca de 15 dias depois, liderada por Jodocus Stetten. Permaneceu no local cerca de 3 meses, o que pode indicar que a expedição teve alguma importância relevante. Do relato de Jodocus Stetten, Olavo de Medeiros Filho traz um croqui, ou

³³ Como traduções do Dr. José Higino de documentos holandeses presentes no Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, um artigo do próprio José Higino intitulado *Minas de Ouro e Prata no Rio Grande do Norte – Explorações Holandesas no Século XVII*, e o livro *Aventuras e Aventureiros no Brasil*, do Dr. Alfredo de Carvalho, no qual existe um capítulo intitulado “Minas de Ouro e Prata no Brasil Oriental – Explorações Holandesas no Século XVII.

³⁴ O quadro de diretores da Companhia das Índias Ocidentais, composta por 19 membros.

³⁵ Para o estudo dessas duas minas foram utilizados por Olavo de Medeiros dois relatos da respectiva expedição, intitulados *Diário da Viagem à Mina de Prata*, do engenheiro Pieter van Struch, e *Diário da Viagem à Mina Situada no Rio Grande*, escrito pelo bailio do então Castelo de Keulen, Johannes Hoeck, a 4 de fevereiro de 1650. Ambos os documentos, cronologicamente posteriores aos utilizados no estudo da mina do Cunhaú, foram trazidos da Holanda pelo Dr. José Higino e traduzidos pelo historiador Alfredo de Carvalho.

esboço, no qual descrevia a região onde a expedição se instalou. Esse esboço continha informações táticas sobre o local e adjacências, relatando seus acidentes geográficos, assim como também assinalava as posições militares amigáveis e inimigas. Pela descrição de Alfredo de Carvalho, aproveitada Olavo de Medeiros Filho em seus estudos sobre esse esboço, havia a indicação de um rio no centro do mesmo, embora não tenha sido especificado o curso de tal rio. Numa de suas margens estavam os alojamentos do explorador e dos mineiros da expedição. Através de estudos sobre este croqui, e também de pesquisas no local, Olavo de Medeiros afirma ser este rio o rio Calabouço³⁶, afluente de um outro rio, denominado Salgado. O sítio da mina estaria situada na junção destes dois rios, a cerca de 10 quilômetros a oeste do município de Nova Cruz. Entretanto, este local parece ter sido apenas uma parte da extensão total da “Mina do Sertão do Cunhaú”. Tomando-se ainda pela descrição de Jodocus Stetten, Olavo de Medeiros Filho afirma que havia sido encontrado um grande veio de ouro no sentido nor-noroeste para sul-sudeste, fato que levou o explorador a deduzir que a base e o centro da mina se localizariam em um monte, distante cerca de 22 quilômetros do local onde houvera se estabelecido inicialmente. Olavo de Medeiros infere que este monte seja a atual Serra de São Bento. A atual cidade de Passa e Fica localiza-se na base desta serra.

Em 25 de janeiro de 1650, outra expedição de cunho mineralógico levaria o engenheiro Pieter van Struch e o bailio da Capitania do Rio Grande, acompanhados de, Johannes Hoeck e Pieter Persijn³⁷ ao sertão de Cunhaú, a encontrarem 2 supostas jazidas, cujos nomes já foram anteriormente citados: as minas do Camarajibe e Iporé. Olavo de Medeiros analisa o relato por trechos, tecendo comentários e esclarecendo os pontos geográficos então mencionados. Não cabe transcrever aqui a expedição, sendo frisados apenas passagens importantes. A descrição na íntegra encontra-se no capítulo 6, “As minas de camarajibe e iporé (1650)”, a partir da página 87 de *No Rastro dos Flamengos*, de Olavo Medeiros Filho. A primeira mina encontrada, a de Camarajibe, situava-se em um monte, localizado à esquerda do rio Potengi, próximo à foz do rio Camarajibe. Pela descrição dos expedicionários, Olavo de Medeiros deduz ser este monte o atual Serrote das Cajaranas:

Chegados ao cotovelo da terceira reta, que se estendia para o sul-sudeste, avistaram à direita, ao norte, na fralda do monte à margem do Potengi e

³⁶ O autor cita que, através da leitura de textos de sesmarias concedidas pelo governo da Paraíba, descobriu que o rio Calabouço era também conhecido, no século XVIII, pelo nome de Curimataú-mirim.

³⁷ Não há menção ao cargo ou posição deste homem. A única referência ao mesmo é por “Comandante dos Tapuias”, o que leva a crer que o mesmo fosse um índio de maior hierarquia.

próximo à foz do Camarajibe, algumas pedras enormes, milagrosamente sobrepostas umas às outras como que por mão de homem [...]. (MEDEIROS FILHO, 1989, p. 89)

O autor afirma que esse “cotovelo da terceira reta” fica próximo ao norte do município de Igreja Nova. A mina estaria então localizada na parte oriental deste serrote, que, estaria contido no território de uma fazenda chamada Lagoa do Sal, à época em que foi escrito o livro (1989).

No dia 30 de janeiro os viajantes seguem meia légua ao longo do curso do atual Riacho Santa Rosa, citado no relato com o nome de Tortuoso, até chegarem num ponto em que Pieter Persijn indica ser o local, em um monte coberto de mato, onde em outra ocasião teria retirado amostras de minério e levado aos dirigentes da Companhia das Índias Ocidentais.

Entretanto, não avistando certos acidentes geográficos que identificariam o local de onde estivera antes (uma aldeia, um monte chamado Itaberaba e uma fonte), continuou a seguir com os expedicionários pelo riacho até chegarem à aldeia de um cacique conhecido por João Açú.

Nas adjacências desta aldeia, que ficava a 26 léguas do Forte Ceulen, restava a dita fonte, perto da qual havia rochedos de que os viajantes extraíram amostras de minério, e que tinha nome de Iporé. Esta foi a terceira mina, ou veio de minério na Capitania do Rio Grande indicado pelos holandeses.

Olavo de Medeiros menciona ainda outro artigo³⁸ de Alfredo de Carvalho em que o historiador aponta o texto de uma carta enviada pelos Membros do Conselho aos Diretores da Companhia (das Índias Ocidentais). Essa carta relata o descobrimento de uma mina no sentido oeste-sudoeste, em relação ao Forte, o que, segundo o autor, confirma a existência da mina de Iporé, nas cabeceiras do riacho Santa Rosa, na Serra da Tapuia, atual município de Sítio Novo.

Este seria o verdadeiro local onde a mina estaria situada. Segue o trecho da carta holandesa de onde surgiu a dedução de Alfredo de Carvalho: “Pieter Persijn só foi encontrar minério ao sul do rio Potenji, nove milhas mais para o interior e a W S W do forte Ceulen, conforme claramente se depreende do mapa ou roteiro que nos apresentou

³⁸ “MINAS DE OURO E PRATA NO RIO GRANDE DO NORTE – Explorações Holandesas no Século XVII”.

o mesmo Pieter Persijn e vos será remetido oportunamente (5:164)” (MEDEIROS FILHO,1989, p. 96).

Na historiografia norte rio-grandense contemporânea, e mesmo em algumas obras mais antigas, tem-se mencionado algumas construções espalhadas em locais diversos pelo estado, que vêm sendo pano de fundo para especulações e dúvidas, e têm suscitado curiosidade entre aqueles que os têm estudado.

Aliando-se a ciência histórica às tradições orais e culturais em torno destes monólitos e locais extraordinários, sob os auspícios de uma pesquisa histórica fundamentada na prospecção teórica e material (i.e., arqueológica, à qual perspectiva este trabalho se direciona), poder-se-á obter uma luz sobre essas misteriosas construções de pedra, desvendando os segredos que guardam, obtendo o conhecimento histórico que contêm, ou que levem a se descobrir, acerca das mesmas e do contexto histórico no qual estiveram presentes, fortalecendo assim a história da região à qual pertencem, como também da historiografia potiguar como um todo. Luís da Câmara Cascudo, Olavo de Medeiros Filho e Lenine Pinto são autores potiguares que parecem dar importância ao potencial do conhecimento arqueológico.

Menciona-se aqui, como um reforço ao foco deste trabalho – que é, resumindo em poucas palavras, uma avaliação do potencial arqueológico do Rio Grande do Norte através de prospecção em fontes escritas, atuais e históricas –, os restos de supostas fortificações holandesas localizados no perímetro da Grande Natal e trazidos unicamente por Câmara Cascudo. O autor fala de um suposto baluarte que localizara-se, durante a ocupação holandesa, em um declive da colina à direita da atual Praça Augusto Severo.

Embora não mais exista nada sobre o solo – Câmara Cascudo afirma ter encontrado menção a esta construção num livro denominado *Inventário das Armas e Apetrechos Bélicos*, escrito pelos holandeses – é possível que ainda exista algo sob o chão da então praça. Outra suposta fortificação, também presente dentro da área urbana de Natal, estaria situada no atual bairro de Petrópolis, onde está a Avenida Getúlio Vargas.

O autor informa sobre um coronel chamado Joaquim Manuel Teixeira de Moura, o qual teria descoberto, ao construir uma casa no local, em 1893, grandes alicerces, de tijolos resistentes, que tinham a impactos como se fossem de metal. Para Cascudo, o que confirma a existência de um fortim seria a informação, no mapa de Marcgrave, da

indicação “N. S. do Monte” ao local do bairro de Petrópolis (o autor também afirma já ter o local tido os nomes de “Monte” e “Belo Monte”).

Afirmou também receber do historiador José Moreira Brandão Castelo Branco a confirmação da existência destes alicerces. Nas praias do litoral sul de Natal também consta a menção de supostas construções holandesas. Uma delas estaria no topo de uma elevação na praia de Búzios, próximo a um Rio Doce, num trecho sem vegetação e onde o chão possui areia fofa e branca. Deste local, que, segundo Câmara Cascudo, possui localização estratégica, seria possível avistar as Pontas de Tabatinga e Camurupim.

O último fortim holandês mencionado estaria situado próximo à praia de Pirangi do Norte, “uns dois quilômetros para o interior”, onde “há ruínas misteriosas de uma construção sólida, atarracada, com paredões de pedra, tendo ainda visíveis os repartimentos, numa altura de dois metros do nível do solo...” (CASCUDO, 1955, p.81).

Essa parece ser a mais visível das ruínas então mencionadas, juntamente com a construção situada no rio Pirangi. Contudo, o autor alerta para que as pedras do local estão sendo paulatinamente utilizadas por moradores locais em suas construções próprias. Este, aliás, é um aspecto que deve ser ressaltado neste capítulo.

Considerando a época em que alguns dos livros utilizados neste trabalho, é possível que os locais indicados estejam bastante danificados, em decorrência do processo de urbanização e/ou da ação de moradores próximos a estes sítios, que por ignorância – ignorância essa acentuada pela falta de uma política pública que investigue e preserve estes locais, tidos como arautos do passado, das sociedades européias que em solo norte rio-grandense passaram – acabam danificando e destruindo o que pode ser fonte de informações e de tradições culturais das várias comunidades do Rio Grande do Norte. Para além de fornecer informações históricas sobre a terra e contribuir para o aperfeiçoamento da mesma, este trabalho visa também alertar sobre a importância do patrimônio e de sua conservação.

Como resultado deste trabalho, sob pesquisa em fontes escritas, e no cruzamento das informações prospectas em tais fontes, constatou-se que houve, de fato, larga ocupação e exploração do que hoje é o estado do Rio Grande do Norte, por parte das sociedades européias não-ibéricas aqui enfocadas. Suas excelentes condições geográficas naturais permitiram a exploração e o conhecimento da terra – sua hidrografia é rica, apresentando várias baías e rios navegáveis, por onde se entrava e se fazia trato com os índios –, assim como sua exploração econômica em dois momentos, que no contexto estudado (as Grandes Navegações e suas conseqüências na Europa dos

séculos XV, XVI e XVII) era de sumo interesse às potências então emergentes na Europa.

O Rio Grande era rico em pau-brasil – cuja exploração se deu em larga escala durante o século XVI e continuou, porém, em ritmo menor, nos séculos subseqüentes, e foi bastante explorado pelos franceses durante o tempo em que aqui estiveram. Seu solo e clima também foram adequados à introdução e plantio da cana-de-açúcar pelos portugueses, que trouxeram consigo os engenhos; seu relevo favorecia a instalação desses engenhos, tendo sido a atividade açucareira explorada por portugueses e holandeses, quando da invasão e conquista da Capitania por parte destes últimos em meados do século XVII. Um estudo dessas regiões indicadas deverá trazer à tona os resquícios materiais das ocupações.

Faz-se necessário salientar, porém, que nas localidades aqui indicadas a morfologia do terreno pode ter sofrido alterações, dificultando o reconhecimento, o que exige um estudo mais amplo e metucioso, que pode (e deve) ser auxiliado pelas inovações técnicas e tecnológicas adquiridas durante o contínuo desenvolvimento da ciência arqueológica e o aperfeiçoamento da ciência histórica.

Constatou-se também com este trabalho que não só a história norte-riograndense, mas também a história do Brasil estão profundamente atreladas à história de Portugal e da América Portuguesa. Trata-se de uma história “lusitanizada”, o que se verifica como um problema. O Brasil, embora tenha sido descoberto oficialmente (o que não significa que o tenha sido de fato) por Portugal e tenha sido desta nação colônia e posse durante trezentos e vinte e dois anos, possui uma história própria.

Atravessou, até a sua independência, o domínio de quatro sociedades européias (portuguesa, francesa, espanhola e holandesa), além do domínio próprio dos índios, que aqui se encontravam desde tempos mais remotos, de cuja história, anterior à chegada do homem europeu, não se tem registro em decorrência dos mesmos não terem desenvolvido a escrita e cujas tradições orais não puderam ser resgatadas e registradas. Não se trata aqui de estudar fatos isolados de seu contexto temporal e espacial.

Mas os historiadores não podem registrar e interpretar os fatos munidos de juízos próprios de valor e imbuídos de sentimentos pessoais. Talvez tais vestígios possam nunca vir a serem encontrados. Mas, uma vez em que a História se configura como uma ciência, esta se investe automaticamente de caráter investigativo, utilizando-se de todos os meios válidos disponíveis para atingir seu objetivo. Isto quer dizer que este trabalho não traz para si a pretensa infalibilidade, sob um véu de pragmatismo e

parcialidade, com que alguns historiadores dizem contar a história da humanidade. E isto vale também para a história do Rio Grande do Norte.

REFERÊNCIAS

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Cidade do Natal**. 3. ed. Natal (RN): RN Econômico, 1999. 495p. (Coleção Cultura; 11).

_____. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura. Serv. de Documentação, 1955. 524p.

_____. **Nomes da Terra: Geografia, História e Toponímia do Rio Grande do Norte**. 1. ed. [Natal]: Fundação José Augusto, 1968. (Coleção Cultura).

LAET, Joannes de. **Historia ou Annaes dos Feitos da Companhia Privilegiada das Indias Occidentaes desde o seu começo até ao fim do anno de 1636 por Joannes de Laet, Director da mesma Companhia**. Tradução dos Drs. José Hygino Duarte Pereira e Pedro Souto Maior. Livros I-IV. In: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Vol. XXX. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1912.

_____. **Historia ou Annaes dos Feitos da Companhia Privilegiada das Indias Occidentaes desde o seu começo até ao fim do anno de 1636 por Joannes de Laet, Director da mesma Companhia**. Tradução dos Drs. José Hygino Duarte Pereira e Pedro Souto Maior. Livros VIII-X. In: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Vol. XXXVIII. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1920.

_____. **Historia ou Annaes dos Feitos da Companhia Privilegiada das Indias Occidentaes desde o seu começo até ao fim do anno de 1636 por Joannes de Laet, Director da mesma Companhia**. Tradução dos Drs. José Hygino Duarte Pereira e Pedro Souto Maior. Livros XI-XIII. In: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Vol. XLI-II. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1925.

LOPEZ, Adriana. **Franceses e tupinambás na terra do Brasil**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

LYRA, Augusto Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**. 3. ed. Natal, RN: Instituto Histórico e Geográfico do RN, 1998. 434 p. (Coleção Cultura, 07).

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Gênese Natalense**. Natal: Edição do Autor, 2000. 72p.

_____. **No Rastro dos Flamengos**. Natal: Fundação José Augusto, 1989. 104p. il.

_____. **Notas para a história do Rio Grande do Norte**. João Pessoa: UNIPÊ, 2001. 207p.

_____. **Os holandeses na capitania do Rio Grande**. Natal (RN): Instituto Histórico e Geográfico do RN, 1998. 133p. il. – (Coleção Cultura, nº. 06).

MEDEIROS, Tarcísio. **Aspectos Geopolíticos e Antropológicos da História do Rio Grande do Norte**. Natal (RN): Imprensa Universitária, 1973.

_____. **Estudos de história do Rio Grande do Norte**. Natal:Tip. Santa Cruz, 2001. 272p.

_____. **Proto-história do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Presença Edições; Natal: Fundação José Augusto, c. 1985.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à História do Rio Grande do Norte**. 3.ed. rev. e ampl. Natal (RN): EDUFERN, 2007.

SOUSA, Gabriel Soares de. 1540?-1591. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda., 2001. v. 221. (Coleção Reconquista do Brasil, 02).

SOUTHEY, Robert. **História do Brasil**. Traduzida do inglês pelo Dr. Luiz Joaquim de Oliveira e Castro. São Paulo: Obelisco, 1965a. v. 1.

_____. **História do Brasil**. Traduzida do inglês pelo Dr. Luiz Joaquim de Oliveira e Castro. São Paulo: Obelisco, 1965b. v. 2.

SPENCER, Walner Barros; PEREIRA, Levy. **Margrave – Trilhas e Caminhos Coloniais do Rio Grande**. In: Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. Natal: UFRN, 2008, disponível em www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais acessado em 22/10/2008.

SUASSUNA, Luiz Eduardo B.; MARIZ, Marlene da Silva. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Sebo Vermelho, 2002. 403p.

TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. **Introdução à História do Rio Grande do Norte**. Natal: Sebo Vermelho, 2007. 305p.

GASPAR, M. **A arte rupestre no Brasil**. Rio de Janeiro. Zahar: 2004.

MARTIM, G. **Pré-história do Nordeste do Brasil**. Recife: Ed. UFPE, 1999.

MARTIM, G. Fronteiras estilísticas e culturais na arte rupestre da área arqueológica do Seridó (RN/PB), **CLIO Arqueológica**, Recife, nº 16, 2003, p. 12-32.

MOBERG, C. **Introdução à Arqueologia**. São Paulo: Edições 70, 1968.

NOELLI, F. S. **Resenha: Os antigos habitantes do Brasil**. [online] *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 24, n. 82, p. 341-342, abril 2003 341. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Consulta em 16 de abril de 2009.

PESSIS, A. **Identidade e classificação dos registros gráficos pré-históricos do Nordeste do Brasil**. *Clio Arqueológica*, Recife, nº8, 1992, p. 35 – 69.

RIBEIRO, L. **Os significados da similaridade e do contraste entre os estilos rupestres – um estudo regional das gravuras e pinturas do Alto-Médio Rio São Francisco**. Tese (Doutorado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

SEDA, P. A questão das interpretações em arte rupestre no Brasil, **CLIO Arqueológica**, Recife, nº 12, 1997, p. 139-167.